

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 499-503.

NEM PRETO NEM BRANCO, MUITO PELO CONTRÁRIO

Resenha da obra: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012. (Agenda brasileira)

MAURÍCIO SILVA

Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo
Professor da Universidade Nove de Julho
maurisol@gmail.com.br

Discussões acerca do racismo e das relações étnico-raciais no Brasil são, invariavelmente, polêmicas. O problema é que, às vezes, assentam-se em fatos e informações nem sempre claros e confiáveis, transformando o que poderia ser uma boa oportunidade para esclarecimentos e tomadas de posições em debates áridos e, não raras vezes, impressionistas. O mais recente livro de Lilia Schwarcz sobre o assunto (*Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 2012) tem, neste contexto, o mérito de servir como uma fonte segura e confiável de informações, contribuindo para o deslindamento de dúvidas e, ao mesmo tempo, atualizando o debate com dados mais precisos sobre a questão.

Segundo a autora, por exemplo, a discussão acerca da questão da cor no Brasil existe desde o período colonial, estando presente na pena de autores diversos e vinculada, em geral, à ideia de que no Brasil - como, de resto, em toda a América Latina - o outro sempre foi um estranho. Essa dis-

cussão, contudo, ganha mais importância quando, no século XIX, os cientistas e teóricos do darwinismo social fizeram de atributos externos (por exemplo, a cor da pele) elementos definidores de determinados comportamentos e moralidades dos povos. Nesse novo contexto, em que critérios deterministas prevaleciam, o Brasil surgia como um grande laboratório racial.

Nesse contexto, ainda, as diferenças eram naturalizadas, criando condições para que o termo raça pudesse vigorar, vinculando-se - no caso mais específico do Brasil - à ideia de nacionalidade. Autores adeptos do darwinismo social passaram a adquirir importância no debate acerca desse tema, como o baiano Nina Rodrigues (que acreditava, entre outras coisas, que a miscigenação era sinal de degenerescência, além de achar que nem todos os grupos humanos eram capazes de evoluir da mesma maneira), como o escritor Euclides da Cunha (que oscilava entre considerar o mestiço um forte ou um degenerado), como o cientista João Batista Lacerda (que acreditava na paulatina extinção dos

mestiços e negros no Brasil), como o antropólogo Roquette Pinto (que previa, igualmente, o branqueamento do país) ou como o eugenista Renato Khel (favorável à esterilização dos mestiços brasileiros).

Embora a percepção que se tinha do negro e do mestiço no Brasil se transforma a partir da década de 1930, a situação real vivida por eles continuou a mesma: o tema, em si, permanece um tabu, mantendo-se como um fato naturalizado e estabilizado e, desse modo, resultando na negação do preconceito. Essa situação, contudo, é mais peculiar ainda no Brasil, em que o racismo é, via de regra, atribuído ao outro:

tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na

intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente (SCHWARCZ, 2012, p. 32).

A questão se agrava, afirma a autora, na medida em que, no Brasil, não é possível estabelecer modelos de descendência biológica aceitos consensualmente, isto é, não é possível estabelecer uma linha de cor, o que, aliás, revela mais ainda as limitações do conceito biológico de raça - a bem da verdade, trata-se de um conceito construído historicamente e socialmente, embora ele persista

como uma representação poderosa, como um marcador social de diferença - ao lado de categorias como gênero, classe, religião e idade, que se relacionam e se retroalimentam - a construir hierarquias e delimitar discriminações.

Em suma: "Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das

representações sociais - assim como são as fantasias, mitos e ideologias - como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas" (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

Desse modo, pode-se dizer que as peculiaridades da questão racista no Brasil (como, por exemplo, a mestiçagem e/ou a aposta no branqueamento) geraram um racismo à brasileira, que percebe mais colorações do que raças e admite a discriminação apenas na esfera privada. Com efeito, com a leitura particular que se fizeram das teorias raciais na passagem do século XIX para o XX, a questão racial, por aqui, ganha traços particulares: defende-se uma política do branqueamento (como se percebe, além dos autores já citados, na obra de Oliveira Viana) e projeta-se a imagem de uma democracia racial (como se verifica, em especial, na obra de Gilberto Freire).

Com efeito, é a partir da década de 1930 que surgem, acerca da questão racial brasileira, interpretações de ordem cultural, fazendo com que a mestiçagem despontasse como a representação oficial da nação. O passo decisivo foi dado por Gilberto Freire (*Casa-grande & senzala*, 1932), que apresentava uma versão otimista da mistura de raças no Brasil. Outros autores seguem trilha semelhante à de Freire nessa mesma época, como Donald Pierson (*Branços e pretos na Bahia*, 1945), todos eles compondo um painel ideológico do qual se conclui que

a mestiçagem tem sido o traço positivo da nossa singularidade, e ao mesmo tempo solução para os dilemas da integração nacional e a chave capaz de operar com as possibilidades de construção de uma civilização nos trópicos. Fruto do esforço deliberado de produção de uma imagem eufórica do país, dessa mistura de raças depende a trajetória promissora da nação brasileira (SCHWARCZ, 2012, p. 62).

Nesse contexto, a miscigenação torna-se, no Brasil, um modelo de "igualdade" racial, ocultando a violência e a desigualdade, como demonstram, entre outros Florestan Fernandes e Roger Bastide, que deslindam a falácia do mito da democracia racial no Brasil, analisando a questão sob a perspectiva econômica e social (o país se modernizava, mas os negros não compartilhavam dessa modernização). Nesse sentido, o racismo torna-se camuflado, assistemático. Estudos mais recentes avançam no sentido de demonstrar que a questão racial não está atrelada apenas a aspectos econômicos e sociais, incluindo outras variantes e resultando na existência, no Brasil, de uma política de desigualdades e de uma produção da diferença.

Discorrendo, finalmente, discorre sobre as políticas afirmativas no Brasil, a autora consegue, com um livro sucinto e objetivo, apresentar um painel claro e completo não apenas de fatos históricos determinantes para a questão racial no Brasil, mas também revelar a atual situação de um tema que costuma ser tão polêmico quanto desconhecido pelo público.

NEM PRETO NEM BRANCO, MAURÍCIO SILVA

Recebido em: 12-09-2016

Aprovado em: 24-10-2016

Publicado em: 12-03-2017